

ÍNDICE GERAL

5 - LEGISLAÇÃO POR ASSUNTO - RESOL CONSUP

1 - REGIMENTOS E LEGISLAÇÃO DE ENSINO

1	RESOLUÇÃO Nº 002/2013, DE 17 DE JANEIRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação das alterações do Regimento Interno do Conselho Superior.</i>
2	RESOLUÇÃO Nº 011/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação da alteração do Regimento do CEPE.</i>
3	RESOLUÇÃO Nº 019/2012, DE 03 DE MAIO DE 2012 <i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Câmara de Ensino.</i>
4	PARECERES LICENCIATURA Parecer CNE/CP nº 21 Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CES nº 197 Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CP nº 27 Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CP nº 15 Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

	<p>Parecer CNE/CES nº 228 Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 28 Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 2, de 2004 Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.</p> <p>Resolução CP/CNE nº 2, de 2002 Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 4 Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 5 Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1, de 2005 Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1, de 2002 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 9 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Ed</p>
5	<p>PARECERES E RESOLUÇÕES BACHARELADO</p> <p>As normas legais do MEC prevêm a carga horária mínima para os cursos de graduação - bacharelado, sem previsão de currículos mínimos.</p> <p>Parecer CNE/CES Nº 8/2007 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização</p>

	<p>duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; aprovado em 31/01/2007.</p> <p>Resolução CNE/CES Nº 2 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.</p>
6	<p>LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA</p> <p>PORTARIAS</p> <p>Portaria Normativa nº 3, de 1º de abril de 2008. Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2008 e dá outras providências.</p> <p>Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.</p> <p>Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007. Calendário do Ciclo Avaliativo do SINAES, triênio2007/2009.</p> <p>Portaria nº 282, de 29 de dezembro de 2006. Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p>Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006. Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.</p> <p>Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p>Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006. Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, e dá outras providências.</p> <p>Portaria nº 4.362, de 29 de dezembro de 2004. Institui banco único de avaliadores da educação superior.</p> <p>Portaria nº 107 de 22 de julho de 2004. SINAES e ENADE – disposições diversas.</p> <p>Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.</p>

Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

[Portaria 1024](#)

Implantação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia

PARECERES

[Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006.](#)

Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

[Parecer CNE/CES nº 261/2006.](#)

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

[Parecer CNE/CP Nº 29/2002.](#)

Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.

[Parecer CNE/CES Nº 436/2001.](#)

Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.

[Parecer CNE Nº 776/97.](#)

Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

[Parecer CNE/CEB nº 02/97.](#)

Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

RESOLUÇÃO

[Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro 2002.](#)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

[Lei do Estágio - 11.788](#)

Dispõe sobre o estágio de estudantes.

[Decreto 5773](#)

Inclusão de sugestões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia

[Decreto 5154](#)

Regulamenta os artigos 36, 39 a 41 da Lei nº 9.394 - LDB.

LEGISLAÇÃO BÁSICA TÉCNICA NÍVEL MÉDIO**PARECERES**

[Parecer CNE/CEB nº 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008](#)

Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

[Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006](#)

Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

[Parecer CNE/CEB nº 40/2004.](#)

Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

[Parecer CNE/CEB nº 39/2004.](#)

Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

[Parecer CNE/CEB nº 16/99.](#)

Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

[Parecer CNE/CEB nº 17/97.](#)

Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.

[Parecer CNE/CEB nº 02/97.](#)

Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

RESOLUÇÕES

[Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008](#)

Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio

[Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008](#)

Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

[Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006](#)

Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

[Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005](#)

Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

[Resolução nº 2, de 4 de abril de 2005.](#)

Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

[Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.](#)

Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

[Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.](#)

Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

	<p>Resolução CNE/CEB nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.</p> <p>Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.</p>
8	<p>LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p> <p>Decretos Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regualmenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.</p> <p>Portarias Portaria nº 1, de 10 de janeiro de 2007. Portaria nº 2 (revogada), de 10 de janeiro de 2007. Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007. Portaria nº 10, de 02 de julho de 2009.</p>
9	<p>LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>Constituição Federal de 1988 - Educação Especial – pdf Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN</p>

Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial - [txt](#) | [pdf](#)

Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial - [txt](#) | [pdf](#)

[Lei nº 8069/90](#) - Estatuto da Criança e do Adolescente

[Lei nº 10.098/94](#) - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

[Lei nº 10.436/02](#) - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras Providências

Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência - [txt](#) | [pdf](#)

Lei Nº 8.859/94 - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio – [pdf](#)

DECRETOS

[Decreto Nº 186/08](#) - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007

[Decreto nº 6.949](#) - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007

[Decreto Nº 6.094/07](#) - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

[Decreto Nº 6.215/07](#) - institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD

[Decreto Nº 6.214/07](#) - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência

[Decreto Nº 6.571/08](#) - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado

[Decreto nº 5.626/05](#) - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

[Decreto nº 2.208/97](#) - Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

[Decreto nº 3.298/99](#) - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,

consolida as normas de proteção, e dá outras providências

[Decreto nº 914/93](#) - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

[Decreto nº 2.264/97](#) - Regulamenta a Lei nº 9.424/96

[Decreto nº 3.076/99](#) - Cria o CONADE

[Decreto nº 3.691/00](#) - Regulamenta a Lei nº 8.899/96

[Decreto nº 3.952/01](#) - Conselho Nacional de Combate à Discriminação

[Decreto nº 5.296/04](#) - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade

[Decreto nº 3.956/01](#) – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

PORTARIAS

Portaria nº 976/06 - Critérios de acessibilidade os eventos do MEC - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 1.793/94 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 319/99 - Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 554/00 - Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 8/01 - Estágios - [txt](#) | [pdf](#)

RESOLUÇÕES

Resolução nº4 CNE/CEB – [pdf](#)

Resolução CNE/CP nº 1/02 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores - [txt](#) | [pdf](#)

Resolução CNE/CEB nº 2/01 - Normal 0 21 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - [txt](#) | [pdf](#)

	<p>Resolução CNE/CP nº 2/02 - Institui a duração e a carga horária de cursos - txt pdf</p> <p>Resolução nº 02/81 - Prazo de conclusão do curso de graduação - txt pdf</p> <p>Resolução nº 05/87 - Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81 - txt pdf</p> <p>AVISO</p> <p>Aviso Circular nº 277/96 - Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais - txt pdf</p> <p>DOCUMENTOS INTERNACIONAIS</p> <p>Convenção ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2007.</p> <p>Carta para o Terceiro Milênio- txt pdf</p> <p>Declaração de Salamanca- txt pdf</p> <p>Conferência Internacional do Trabalho- txt pdf</p> <p>Convenção da Guatemala- txt pdf</p> <p>Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes- txt pdf</p> <p>Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão- txt pdf</p>
--	--

2 - DOCENTES – RESOLUÇÃO CONSUP

1	<p>RESOLUÇÃO Nº 098/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a Normativa Docente do IFSULDEMINAS.</i></p>
2	<p>RESOLUÇÃO Nº 008/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação “ad referendum” do modelo de ficha para Progressão Funcional dos Docentes e Avaliação Docente.</i></p>

3	<p>RESOLUÇÃO Nº 008/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFSULDEMINAS.</i></p>
4	<p>RESOLUÇÃO Nº 001/2013, DE 17 DE JANEIRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a homologação da Portaria nº18 de 10 de janeiro de 2013 – Ministério da Educação.</i></p>
5	<p>RESOLUÇÃO Nº 023/2013, DE 26 DE AGOSTO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre o processo de avaliação de desempenho dos integrantes do Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.</i></p>
6	<p>RESOLUÇÃO Nº 036/2012, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Formulário de Avaliação de Desempenho Docente dos Câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.</i></p>
7	<p>RESOLUÇÃO Nº 014/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Afastamento Docente para Cursos Stricto Sensu e Pós-Doutorado.</i></p>
8	<p>RESOLUÇÃO Nº 055/2011, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Afastamento Docente para Curso Stricto Sensu e Pós-Doutorado.</i></p>

9	<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 031/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da fixação dos critérios para pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e processo Seletivo Simplificado no âmbito do IFSULDEMINAS.</i></p>
----------	--

3 - DISCENTES – RESOLUÇÃO CONSUP

1	<p>RESOLUÇÃO Nº 020/2012, DE 03 DE MAIO DE 2012</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Corpo Discente do IFSULDEMINAS.</i></p>
2	<p>RESOLUÇÃO Nº 101/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS.</i></p>
3	<p>RESOLUÇÃO Nº 030/2012, DE 19 DE JULHO DE 2012</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS.</i></p>
4	<p>RESOLUÇÃO Nº 012/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.</i></p>
5	<p>RESOLUÇÃO Nº 034/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa Auxílio Estudantil do IFSULDEMINAS.</i></p>
6	<p>RESOLUÇÃO Nº 102/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS.</i></p>

7	<p>RESOLUÇÃO Nº 015/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da alteração no Regimento Geral do IFSULDEMINAS – Coordenadoria de Ações Inclusivas (CAIn).</i></p>
----------	--

4 - PRONATEC - MONITOR- BIBLIOT - MOBILID - RESOL CONSUP

1	<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 028/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Transferência Interna.</i></p>
2	<p>RESOLUÇÃO Nº 015/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da alteração da Normativa de Procedimentos de Mobilidade Acadêmica no IFSULDEMINAS dos cursos de graduação.</i></p>
3	<p>RESOLUÇÃO Nº 033/2012, DE 19 DE JULHO DE 2012</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da regulamentação de ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no âmbito do IFSULDEMINAS.</i></p>
4	<p>RESOLUÇÃO Nº 016/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Sistema de Bibliotecas - SIB, do IFSULDEMINAS.</i></p>
5	<p>RESOLUÇÃO Nº 072/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação dos Calendários Acadêmicos IFSULDEMINAS – Ano 2014.</i></p>
6	<p>RESOLUÇÃO Nº 031/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSULDEMINAS.</i></p>


7	<p>RESOLUÇÃO Nº 022/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das Normas de revalidação de Diplomas e Certificados de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia expedidos por instituições de ensino estrangeiras, pelo IFSULDEMINAS.</i></p>
8	<p>RESOLUÇÃO Nº 016/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da alteração no Regimento Geral do IFSULDEMINAS – Coordenação Geral de Bibliotecas (COGEBI).</i></p>

5 - CALENDÁRIOS - REGIM ACADEM - NOVOS CURSOS - RESOL CONSUP

1	<p>RESOLUÇÃO Nº 047/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS.</i></p>
2	<p>RESOLUÇÃO Nº 028/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.</i></p>
3	<p>RESOLUÇÃO Nº 031/2013, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.</i></p>
4	<p>RESOLUÇÃO Nº 071/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da reestruturação da Resolução 037/2012 – Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação.</i></p>
5	<p>RESOLUÇÃO Nº 033/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Pós-Graduação do IFSULDEMINAS.</i></p>

6	<p>RESOLUÇÃO Nº 032/2011, DE 05 DE AGOSTO DE 2011</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos.</i></p>
7	<p>RESOLUÇÃO Nº 012/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.</i></p>
8	<p>RESOLUÇÃO Nº 037/2012, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS.</i></p>
9	<p>RESOLUÇÃO Nº 009/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da alteração da Resolução 057/2011 que trata da Instrução Normativa para a abertura de novos Cursos nos câmpus do IFSULDEMINAS.</i></p>
10	<p>RESOLUÇÃO Nº 057/2011, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa para a abertura de novos Cursos nos Campi do IFSULDEMINAS.</i></p>
11	<p>RESOLUÇÃO Nº 033/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Internodo Colegiado de Cursos Técnicos do IFSULDEMINAS.</i></p>
12	<p>RESOLUÇÃO Nº 032/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014</p> <p><i>Dispõe sobre a aprovação das diretrizes para o Processo Seletivo Discente do IFSULDEMINAS Cursos Técnicos – Oferta Presencial.</i></p>

6 – LEGISLAÇÃO DOCENTE

1	 <p>Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos</p> <p><u>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988</u></p>
2	<p><u>LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990</u></p> <p>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</p>
3	<p>LEI Nº 8112 / 90 – COMENTADA</p>
4	<p><u>DECRETO Nº 94.664, DE 23 DE JULHO DE 1987.</u></p> <p>Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.</p>
5	<p><u>LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.</u></p> <p>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>
6	<p><u>LEI Nº 11.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008.</u></p> <p>Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores</p>
7	<p><u>LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.</u></p> <p>Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745</p>
8	<p><u>LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.</u></p> <p>Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.</p>

9	<p style="text-align: center;">PORTARIA Nº 475 DE 26.08.87 Portaria nº 475/87 (de 26 de agosto de 1987)</p> <p style="text-align: center;"><i>Expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.</i></p>
10	<p><u>LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.</u></p> <p style="text-align: center;">Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</p>
11	<p style="text-align: center;">RESOLUÇÃO Nº 055/2011, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011</p> <p style="text-align: center;"><i>Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Afastamento Docente para Curso Stricto Sensu e Pós-Doutorado.</i></p>
12	<p style="text-align: center;">RESOLUÇÃO Nº 098/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013</p> <p style="text-align: center;"><i>Dispõe sobre a Normativa Docente do IFSULDEMINAS.</i></p>